

ÍNDICE

PLANO DA OBRA	5
ABREVIATURAS	9
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	11

PARTE I O DIREITO COMERCIAL E A EMPRESA

1. Noção e Objecto do Direito Comercial	17
1.1. O Direito Comercial e o Direito Civil	17
1.2. O Direito Comercial e a empresa	19
1.3. A empresa na actualidade	23
1.3.1. Classificação das empresas	23
1.3.1.1. A Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE – Rev. 3)	24
1.3.1.2. Classificação das empresas de acordo com o critério dos sectores de actividade	29
1.3.1.3. Classificação das empresas de acordo com o critério da natureza da actividade	32
1.3.2. Microempresas e PME (pequenas e médias empresas)	32
1.3.2.1. Noção de efectivos	35
1.3.2.2. Os critérios financeiros	35
1.3.3. Empresas autónomas, parceiras e associadas	38
1.3.4. Certificação do estatuto de Micro e PME Certificação electrónica	39
1.3.5. As microentidades e as pequenas, médias e grandes entidades	46
1.3.6. Para um actual conceito de empresa	48

1.4. O Sector Público Empresarial e Empresas Públicas	
Breve resenha sobre a sua evolução histórica	52
1.4.1. As empresas públicas	57
1.4.2. As Entidades Públicas Empresariais (EPE)	59
1.4.3. As Parcerias Público-Privadas (PPP)	60
1.4.4. Conclusão	61
2. GÉNESE E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMERCIAL	63
2.1. A relação mercantil na Idade Média	64
2.1.1. O caso português	69
2.2. A revolução francesa e o Código Comercial Francês de 1807	71
2.2.1. O Código Comercial Português de 1888	71
2.2.2. O Código das Sociedades Comerciais e a legislação avulsa	72
3. AUTONOMIA E OBJECTIVOS DO DIREITO COMERCIAL	77
4. A EMPRESA E A UNIÃO EUROPEIA	79
4.1. Notas introdutórias	79
4.2. O Tratado de Lisboa, a economia e as empresas	85
4.2.1. Concorrência	87
4.2.2. Fundos europeus para PME	91
4.2.3. O microcrédito	97
4.2.4. O “Small Business Act” (SBA)	98
4.3. Responsabilidade social das empresas (RSE)	100
4.5. Rotulagem, apresentação e publicidade de produtos em geral dos géneros alimentícios	104
4.5.1. A expressão “made in”	110
4.6. Rede Judiciária Europeia	112
4.6.1. Regulamento (UE) nº 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho e a execução na UE de sentença proferida num Estado-Membro	115
4.6.2. O procedimento europeu para as acções de pequeno montante (PEAPM)	121
4.6.3. <i>A e-Justice</i>	124

PARTE II
OS ACTOS JURÍDICO-COMERCIAIS

1. NOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ACTOS DE COMÉRCIO	129
1.1. Actos de comércio objectivos	131

1.1.1.	Contrato de sociedade	131
1.1.2.	Contrato de mandato	132
1.1.3.	O gerente de comércio	133
1.1.4.	Contrato de depósito	135
1.1.5.	Contrato de compra e venda	136
1.1.6.	Contrato de aluguer	137
1.1.7.	Contrato de comissão (arts. 266º a 277º do Código Comercial)	138
1.1.8.	Contrato de conta-corrente (arts. 344º a 350º do Código Comercial)	138
1.1.9.	Contrato de empréstimo (arts. 394º a 396º do Código Comercial)	138
1.2.	Actos de comércio subjectivos	138
1.3.	Actos de comércio mistos ou unilaterais e bilaterais	139
2.	O REGIME JURÍDICO ESPECIAL DOS ACTOS DE COMÉRCIO	141
2.1.	Notas prévias	141
2.2.	A solidariedade passiva	141
2.2.1.	Noção, fontes e efeitos jurídicos	141
2.2.2.	A fiança e seu regime legal	148
2.2.3.	A solidariedade nas obrigações jurídico-comerciais	149
2.2.3.1.	O aval	150
	Petição inicial para o exercício do direito de regresso	157
2.3.	Prescrição	162
2.4.	Juros	164
2.4.1.	Juro e taxa de juro	164
2.4.2.	Juro civil e comercial. Usura e anatocismo	165

PARTE III

OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICO-COMERCIAL

1.	OS COMERCIANTES: AS PESSOAS SINGULARES E AS PESSOAS COLECTIVAS	173
2.	O COMERCIANTE/O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	177
2.1.	Conceito e requisitos para se ser comerciante	177
2.2.	Características da empresa individual	181
2.3.	Formalidades legais obrigatórias para criar uma empresa individual	182

3. O EIRL – ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	187
3.1. Responsabilidade do titular pelas dívidas do EIRL	188
3.2. Capital	188
3.3. Firma	189
3.4. Forma de constituição	189
3.5. Contas	189
3.6. Formalidades obrigatórias na constituição de um EIRL	190
4. AS PESSOAS COLECTIVAS – AS SOCIEDADES COMERCIAIS	191
4.1. O contrato de sociedade	191
4.2. Elementos e menções obrigatórias do contrato de sociedade	193
4.3. Sociedades civis sob forma comercial e sociedades comerciais	196
4.4. Tipos de sociedades comerciais	196
4.4.1. Sociedade plural por quotas	197
4.4.2. Sociedade unipessoal por quotas	200
4.4.2.1. Características	201
4.4.3. A sociedade anónima	202
4.4.3.1. Características	202
4.4.4. Sociedade em nome colectivo	205
4.4.5. Sociedade em comandita	206
4.5. Responsabilidade subsidiária dos titulares de órgãos sociais	207
4.5.1. Responsabilidade subsidiária dos gerentes e administradores	207
4.5.2. Responsabilidade solidária dos membros dos órgãos de fiscalização das sociedades	210
4.6. Sociedades comerciais entre cônjuges e sua participação em outras sociedades	212
4.6.1. Considerações gerais	212
4.6.2. Participação de um dos cônjuges em outras sociedades	214
4.7. Sociedades anónimas europeias	215
4.8. Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT)	218
5. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES	221
5.1. Simplificação de procedimentos relativos à constituição de sociedades comerciais	221
5.1.1. Regime de constituição <i>online</i> de sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial	222
5.1.2. Regime especial de constituição imediata de sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial	225
5.2. Matrícula, inscrições, averbamentos e suas menções	231

5.3. Conclusões	236
Minuta de um pacto de sociedade por quotas com entradas em numerário	238
Minuta de pacto de sociedade unipessoal por quotas por documento particular entrada em numerário	242
Minuta de pacto de sociedade unipessoal por quotas com entradas em espécie e nomeação de gerente	245
Minuta de um contrato de sociedade anónima por escritura pública e administrador único	248
Exemplo de estatutos de uma sociedade anónima	255
Exemplo de relatório de ROC nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais	265
Exemplo de um título de 5000 acções	267
5.4. Medidas de simplificação para as empresas	268
5.4.1. Registos <i>online</i> de actos comerciais e certidão permanente	268
5.4.2. Eliminação da obrigatoriedade de escritura pública para actos e contratos de empresas	268
5.4.3. Publicações <i>online</i>	269
5.4.4. Certidão permanente <i>online</i>	270
5.4.5. Processo de “dissolução e liquidação na hora” das sociedades	273
5.4.6. Escrituração	273
5.4.7. Prestação de contas	273
5.4.7.1. A Informação Empresarial Simplificada – IES	273
5.4.8. Emissão de certificados de residência fiscal <i>online</i>	279
5.4.9. Criação imediata de representações permanentes em Portugal e registo comercial bilingue (em inglês)	279
5.4.10. Cadastro industrial e comercial	281
5.4.11. Livro de reclamações, livro de elogios, sugestões e reclamações do sector público	284
5.4.12. Livro de elogios e reclamações apresentadas por cidadãos e empresas – serviços de administração central, regional e local	292
6. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DOS COMERCIANTES/EMPRESAS	295
6.1. Firma	295
6.2. Escrituração	298
6.2.1. Livro de actas	299
6.2.2. Arquivador de correspondência	301
6.3. Balanço e prestação de contas	301
6.3.1. Regime da normalização contabilística para microentidades (NCM)	307
6.4. Facturação electrónica	310

6.5. Inspecção judiciária de documentos contabilísticos	314
6.6. Registo comercial	317
6.6.1. Fins e entidades abrangidas	317
6.6.2. Registo comercial bilingue	319
6.6.3. Actos sujeitos a registo obrigatório	320
6.6.4. Outros factos sujeitos a registo	323
6.6.5. Processo de registo	325

PARTE IV

SINAIS DISTINTIVOS DO COMÉRCIO

1. SINAIS DISTINTIVOS DO COMÉRCIO	329
1.1. Considerações prévias. O Código da Propriedade Industrial	329
1.2. Procedimentos para requerer o registo de direitos de propriedade industrial e tramitação do processo administrativo	333
1.3. Títulos de concessão de direitos de propriedade industrial, caducidade e renúncia dos direitos	341
1.3.1. Patentes	341
1.3.2. Modelos de Utilidade (MU)	348
1.3.3. Topografias de produtos semicondutores	349
1.3.4. Desenhos ou modelos	350
1.3.5. Marcas	352
1.3.5.1. Marca na hora (MNH) e marca <i>online</i>	356
1.3.6. Recompensas	358
1.3.7. Logótipos	358
1.3.8. Denominações de origem e indicações geográficas	360
1.4. A concorrência desleal	362
Extracto de Contestação (em acção que aprecia a concorrência desleal)	364
1.5. Protecção dos segredos comerciais	371
1.6. Ilícitos criminais e contra-ordenacionais	372
1.7. Conclusão	376

PARTE V

O ESTABELECIMENTO COMERCIAL

1. O ESTABELECIMENTO: NOÇÃO E ELEMENTOS	379
2. O ARRENDAMENTO COMERCIAL	383
2.1. Formalidades do contrato	384
2.2. Duração do contrato, oposição à renovação do contrato e casos de denúncia do contrato pelo locador e pelo locatário	385

2.3. Outras cláusulas do contrato	386
2.4. A licença de ocupação/utilização	387
2.5. Obras	391
2.6. Morte do arrendatário	392
Exemplo de contrato de arrendamento não habitacional (com um clausulado exaustivo)	393
Exemplo de contrato de arrendamento comercial (pelo prazo de 6 meses)	397
2.7. Cessação do contrato de arrendamento	400
3. TRESPASSE DO ESTABELECIMENTO	405
Exemplo de contrato de trespasse de estabelecimento comercial	407
Exemplo de um contrato-promessa de trespasse, com cedência da posição contratual dos promitentes trespasários	409
4. LOCAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	413
4.1. Noção	413
4.2. Características	413
Exemplo de contrato de locação de estabelecimento comercial	415

PARTE VI
ACORDOS DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
TÉCNICAS DE VENDA
PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS

1. ACORDOS DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL	421
1.1. Considerações gerais	421
1.2. Perfil e competências do distribuidor e do representante comercial	423
1.3. Caracterização genérica do distribuidor e do representante comercial como agente económico	424
1.4. O contrato de agência ou de representação comercial	426
1.4.1. Noção e requisitos de forma	426
1.4.2. Caracterização	427
1.4.2.1. Autonomia, sigilo e dever de não concorrência	427
1.4.2.2. Comissões e despesas	428
1.4.2.3. Cobrança e convenção <i>del credere</i>	430
1.4.2.4. Formas de cessação do contrato	430
1.4.2.5. Indemnização de clientela	431
1.4.2.6. Direito de retenção	432
Exemplo de um contrato de agência entre uma pessoa colectiva e uma pessoa singular	433

Exemplo de contrato de representação comercial, com veiculação de imagem e venda de produtos pela Internet	436
2. A DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL	441
2.1. Noção e caracterização	441
Exemplo de contrato de fornecimento, comodato e publicidade	444
3. A FRANQUIA (<i>FRANCHISING</i>)	449
3.1. Considerações prévias	449
3.2. Noção e caracterização	450
3.3. Obrigações do franquiador	452
3.4. Obrigações do franquiado	453
3.5. Formalidades e menções obrigatórias do contrato	453
Exemplo de um contrato de franquia	456
4. CONTRATOS CELEBRADOS À DISTÂNCIA E FORA DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E CONTRATOS CELEBRADOS COM RECURSO A CENTROS TELEFÔNICOS DE RELACIONAMENTO (<i>CALL CENTERS</i>)	465
4.1. Contratos celebrados à distância e fora dos estabelecimentos comerciais	465
4.1.1. Considerações preâmbulares	465
4.1.2. Conceitos legais	468
4.1.3. Forma do contrato e menções obrigatórias	469
4.1.4. Direito de livre resolução do contrato e seu exercício	472
4.2. Contratos celebrados com o recurso aos <i>call centers</i>	475
5. PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS DAS EMPRESAS	479
5.1. Noção e regime jurídico	479
5.2. Práticas comerciais desleais em especial	480
5.3. Acções enganosas em qualquer circunstância	481
5.4. Práticas comerciais agressivas	483
5.5. Entidades reguladoras e suas atribuições	485
5.6. Práticas individuais restritivas do comércio (PIRC)	489
5.7. Lei de defesa do consumidor	493

PARTE VII
CONTRATOS FINANCEIROS

1. A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO	501
1.1. Questões prévias	501
1.2. Capitais próprios e capitais alheios	502
Exemplo de um contrato de mútuo com hipoteca (por aumento de conta-corrente)	505
2. A LOCAÇÃO FINANCEIRA (<i>LEASING</i>)	509
2.1. Noção e objecto	509
2.2. Características do contrato de locação financeira	512
2.3. Direitos e deveres dos contraentes	513
2.4. Fases da contratação	515
Exemplo de contrato de locação financeira imobiliária	516
Exemplo de contrato de cessão da posição contratual	537
Exemplo de contrato de locação financeira mobiliária (equipamentos industriais)	540
Exemplo de acordo de pagamento e promessa de venda sem novação (em contrato de locação financeira)	542

PARTE VIII
O COMÉRCIO ELECTRÓNICO E A CONTRATAÇÃO *ONLINE*

1. O COMÉRCIO ELECTRÓNICO	547
1.1. Noção e caracterização	547
1.2. Vantagens e desvantagens do comércio electrónico	550
1.2.1. Documento electrónico e assinatura digital	551
1.2.1.1. O Regulamento (UE) nº 910/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Julho	555
1.2. Regulação jurídica global	558
1.3. Direito aplicável aos contratos internacionais (de compra e venda)	559
1.4. O comércio electrónico em Portugal e sua disciplina normativa	560
1.4.1. Contratação electrónica e seus procedimentos	562
1.4.2. Contratação entre computadores	565
1.4.3. Entidades de supervisão	566
1.4.4. Regime sancionatório	567
2. CRIMINALIDADE INFORMÁTICA	569
2.1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	569

2.2. Tipos de crimes informáticos e sanções	573
2.2.1. Falsidade informática	573
2.2.2. Dano relativo a dados ou programas informáticos	574
2.2.3. Sabotagem informática	574
2.2.4. Acesso ilegítimo	575
2.2.5. Intercepção ilegítima	576
2.2.6. Reprodução ilegítima de programa protegido	576
2.3. Sanções acessórias	577
2.4. Formalidades e etapas processuais para o acesso e preservação dos dados na investigação dos crimes informáticos	577
2.5. O compromisso com a cibersegurança	581
2.5.1. O infotráfico e os metadados	587

PARTE IX DÍVIDAS COMERCIAIS

1. COMUNICABILIDADE DAS DÍVIDAS COMERCIAIS	595
1.1. Questão Prévia	595
1.2. Dívidas Comunicáveis	596
2. RESPONSABILIDADE DO CÔNJUGE PELAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELO OUTRO NO EXERCÍCIO DO SEU COMÉRCIO/EMPRESA E BENS QUE RESPONDEM PELAS DÍVIDAS	601
3. PROCEDIMENTOS A ADOPTAR NA ACÇÃO, PARA CHAMAR O CÔNJUGE DO DEVEDOR À DEMANDA	605

ANEXO

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO, DE 6 DE MAIO DE 2003 RELATIVA À DEFINIÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	615
--	-----

URL E BIBLIOGRAFIA	627
--------------------	-----